

Mills Estruturas e Servicos de Engenharia S.A.

Informações trimestrais
Individuais e Consolidadas em
31 de Março de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos, foram examinados por outro auditor independente, que emitiram relatório em 17 de março de 2021, com opinião sem ressalvas. As informações financeiras intermediárias da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiram relatório de revisão em 14 de maio de 2020, sem modificação em sua conclusão, sobre essas informações financeiras intermediárias. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independente
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC nº 1RJ 078.183/O-2

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	300.721	285.993	392.543	378.905
Depósitos bancários vinculados	3	6.840	-	6.840	-
Contas a receber de terceiros	4	100.096	82.478	113.392	100.376
Contas a receber de partes relacionadas	16.c	2.126	4.914	-	-
Estoques	5	51.028	36.225	54.665	40.714
IRPJ e CSLL a recuperar	6	602	415	6.254	5.815
Tributos a recuperar	6	2.657	2.956	4.568	5.406
Adiantamento a fornecedores		1.475	1.892	4.397	4.787
Outras contas a receber de partes relacionadas		11	1.496	-	-
Outros ativos		3.927	4.191	4.981	4.947
		<u>469.483</u>	<u>420.560</u>	<u>587.640</u>	<u>540.950</u>
Ativos mantidos para venda	7	10.272	10.272	10.272	10.272
Não circulante					
IRPJ e CSLL diferidos	18	235.811	236.128	312.162	314.618
Tributos a recuperar	6	1	1	292	349
Depósitos judiciais	19	7.996	7.438	8.688	7.672
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	569	808
Outros ativos		-	2	-	2
		<u>243.808</u>	<u>243.569</u>	<u>321.711</u>	<u>323.449</u>
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	39.341	39.341	39.341	39.341
Investimentos	9	286.469	301.061	-	-
Imobilizado	10	371.253	384.580	413.289	439.883
Intangível	11	33.791	33.314	121.822	121.497
		<u>730.854</u>	<u>758.296</u>	<u>574.452</u>	<u>600.721</u>
Total do ativo		<u>1.454.417</u>	<u>1.432.697</u>	<u>1.494.075</u>	<u>1.475.392</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Contas a pagar a terceiros	12	35.289	23.644	40.965	30.286
Contas a pagar a partes relacionadas	16.c	440	390	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	3.332	4.547
Debêntures	14	46.615	40.124	68.250	57.829
Arrendamentos a pagar	15	15.704	14.359	16.365	15.074
Salários e encargos sociais		21.289	18.383	22.103	19.318
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	22	1.459	1.456	1.459	1.456
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	2.155	1.920	2.245	2.917
Tributos a pagar	20	3.814	4.285	3.983	4.339
Provisão para participação nos resultados	17.d	8.172	5.865	9.570	7.226
Outros passivos		251	230	687	677
		<u>135.188</u>	<u>110.656</u>	<u>168.959</u>	<u>143.669</u>
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	14	130.055	141.360	130.055	145.285
Arrendamento a pagar	15	41.239	41.256	41.239	41.256
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	15.200	15.137	20.647	20.414
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	22	3.386	3.743	3.386	3.743
Tributos a pagar	20	10.383	10.348	10.383	10.348
Provisão para benefícios pós-emprego	17.a	12.116	11.868	12.116	11.868
Outros passivos		430	430	870	910
		<u>212.809</u>	<u>224.142</u>	<u>218.696</u>	<u>233.824</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>347.997</u></u>	<u><u>334.798</u></u>	<u><u>387.655</u></u>	<u><u>377.493</u></u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito	21	1.089.650	1.089.642	1.089.650	1.089.642
Reservas de capital	21	58.184	57.036	58.184	57.036
Custo com emissão de ações	21	(18.448)	(18.448)	(18.448)	(18.448)
Reservas de lucros	21	860	860	860	860
Ações em tesouraria	21	(15.056)	(15.056)	(15.056)	(15.056)
Ajuste de avaliação patrimonial		(16.135)	(16.135)	(16.135)	(16.135)
Lucros acumulados		7.365	-	7.365	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.106.420</u></u>	<u><u>1.097.899</u></u>	<u><u>1.106.420</u></u>	<u><u>1.097.899</u></u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.454.417</u></u>	<u><u>1.432.697</u></u>	<u><u>1.494.075</u></u>	<u><u>1.475.392</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita líquida de vendas e serviços	24	143.727	84.314	154.330	126.097
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	25	(72.433)	(58.456)	(77.957)	(75.942)
Lucro bruto		<u>71.294</u>	<u>25.858</u>	<u>76.373</u>	<u>50.155</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	25	(50.891)	(28.101)	(54.960)	(43.510)
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	(1.248)	(3.664)	(2.462)	(4.439)
Resultado de participações em investimentos	9	(2.573)	5.060	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>214</u>	<u>122</u>	<u>922</u>	<u>287</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		<u>16.796</u>	<u>(725)</u>	<u>19.873</u>	<u>2.493</u>
Receitas financeiras	26	2.294	2.012	4.417	4.741
Despesas financeiras	26	(5.482)	(4.567)	(8.457)	(8.069)
Resultado financeiro líquido		<u>(3.188)</u>	<u>(2.555)</u>	<u>(4.040)</u>	<u>(3.329)</u>
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos		<u>13.608</u>	<u>(3.280)</u>	<u>15.833</u>	<u>(836)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(5.926)	-	(6.012)	(2.681)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(317)	2.260	(2.456)	2.496
Lucro (Prejuízo) do período		<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>	<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	23	0,04	(0,01)	0,04	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Lucro (Prejuízo) do período		7.365	(1.020)	7.365	(1.020)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período		<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>	<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Consolidado/ Controladora
		Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria			
Em 31 de dezembro de 2019	1.089.379	56.357	(18.448)	10.295	-	(20.287)	(9.923)	-	1.107.373
Prêmio de opções de ações	-	(1.996)	-	-	-	5.231	-	(4.691)	(1.456)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(1.020)	(1.020)
Em 31 de março de 2020	1.089.379	54.361	(18.448)	10.295	-	(15.056)	(9.923)	(5.711)	1.104.897
Em 31 de dezembro de 2020	1.089.642	57.036	(18.448)	860	-	(15.056)	(16.135)	-	1.097.899
Prêmio de opções de ações	8	1.148	-	-	-	-	-	-	1.156
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	7.365	7.365
Em 31 de março de 2021	1.089.650	58.184	(18.448)	860	-	(15.056)	(16.135)	7.365	1.106.420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucros (Prejuízo) do período	7.365	(1.020)	7.365	(1.020)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	33.739	31.433	36.266	40.143
Imposto de renda e contribuição social diferido	317	(2.260)	2.456	(2.496)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(438)	(1.459)	(268)	(739)
Provisão para despesa com opções de ações	1.148	763	1.148	763
Benefícios Pós-Emprego	248	262	248	262
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	848	1.083	1.098	1.105
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	2.653	2.294	3.750	3.018
Juros sobre arrendamentos	1.243	1.135	1.277	1.234
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	1.248	3.664	2.462	4.439
Provisão para estoques de giro lento	441	18	380	160
Provisão para participação nos resultados	2.307	1.634	2.344	2.291
Resultado de participações em investimentos	2.573	(5.060)	-	-
Outras provisões (reversões)	253	1.220	(1.044)	3.921
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:				
Contas a receber	(14.593)	(5.034)	(7.031)	(5.169)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(3.750)	(104)	(3.750)	(221)
Estoques	(14.146)	(2.757)	(14.331)	(2.708)
Tributos a recuperar	299	234	894	247
IRPJ e CSLL a compensar	(187)	1.875	(438)	1.544
Depósitos judiciais	(406)	89	(865)	89
Outros ativos	683	(393)	600	(396)
Fornecedores	12.097	(129)	4.244	(1.519)
Salários e encargos sociais	2.906	(8.271)	2.775	(9.178)
Tributos a pagar	5.125	5.245	5.283	7.118
Outros passivos	20	(122)	(20)	(187)
Processos judiciais liquidados	(519)	(1.853)	(505)	(1.859)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.680)	-	(6.629)	(1.626)
Juros pagos	(1.390)	(43)	(1.881)	(766)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>34.404</u>	<u>22.444</u>	<u>35.828</u>	<u>38.450</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisições de bens do ativo imobilizado, bens de uso próprio e intangível	(2.853)	(2.483)	(2.853)	(2.599)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(2.853)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>(2.853)</u>	<u>(2.599)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:	(2.853)	(2.483)	(2.853)	(2.599)
Aumento de capital	8	-	8	-
Depósitos bancários vinculados	(6.840)	-	(6.840)	-
Captação de empréstimos e debêntures	(22)	98.374	(22)	98.374
Amortização de empréstimos e debêntures	(5.882)	(686)	(8.076)	(5.858)
Arrendamento pagos	(4.087)	(3.867)	(4.407)	(5.315)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>(16.823)</u>	<u>93.821</u>	<u>(19.337)</u>	<u>87.201</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>14.728</u>	<u>113.782</u>	<u>13.638</u>	<u>123.052</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>285.993</u>	<u>73.656</u>	<u>378.905</u>	<u>124.910</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>300.721</u>	<u>187.438</u>	<u>392.543</u>	<u>247.962</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>14.728</u>	<u>113.782</u>	<u>13.638</u>	<u>123.052</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas:				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	164.268	97.832	178.380	150.049
Cancelamentos e descontos	(6.328)	(4.787)	(7.663)	(9.653)
Outras receitas	229	146	1.010	300
Provisão para perda de créditos esperadas	(1.248)	(3.664)	(2.462)	(4.439)
	<u>156.921</u>	<u>89.527</u>	<u>169.265</u>	<u>136.257</u>
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.308)	(1.104)	173	(612)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.193)	(22.593)	(47.874)	(34.363)
Baixa de ativos	(848)	(1.083)	(1.098)	(1.159)
Valor adicionado bruto	<u>109.572</u>	<u>64.747</u>	<u>120.466</u>	<u>100.123</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(33.739)	(31.433)	(36.266)	(40.143)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>75.833</u>	<u>33.314</u>	<u>84.200</u>	<u>59.980</u>
Valor adicionado recebido em transferência:				
Receitas financeiras	2.294	2.012	4.417	4.741
Resultado de equivalência patrimonial	(2.573)	5.059	-	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>75.554</u>	<u>40.385</u>	<u>88.617</u>	<u>64.721</u>
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal e encargos	<u>31.515</u>	<u>22.608</u>	<u>32.435</u>	<u>31.366</u>
Remuneração direta	25.325	17.001	25.887	23.167
Benefícios	4.749	3.899	5.072	6.064
FGTS	<u>1.441</u>	<u>1.708</u>	<u>1.476</u>	<u>2.135</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>29.066</u>	<u>9.056</u>	<u>34.124</u>	<u>18.808</u>
Federais	28.470	8.532	32.673	17.583
Estaduais	360	328	1.201	943
Municipais	<u>236</u>	<u>196</u>	<u>250</u>	<u>282</u>
Remuneração sobre o capital de terceiros	<u>7.608</u>	<u>9.741</u>	<u>14.693</u>	<u>15.567</u>
Juros e variações cambiais	5.374	4.469	8.322	7.881
Aluguéis	<u>2.234</u>	<u>5.272</u>	<u>6.371</u>	<u>7.686</u>
Remuneração de capitais próprios	7.365	(1.020)	7.365	(1.020)
Lucro (Prejuízo) do período	<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>	<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>75.554</u>	<u>40.385</u>	<u>88.617</u>	<u>64.722</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- a. Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- b. Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- c. Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- d. Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- e. Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração e monitorados pelo pessoal chave, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental (nota explicativa 27).

1.1. Impactos Covid-19

Em 20 de março de 2020, o Senado Federal reconheceu estado de calamidade pública no Brasil devido à pandemia causada pelo COVID-19. O vírus, que infelizmente já havia vitimado e ainda vitima milhares de pessoas no Mundo, também causou impactos nas economias internacionais e brasileira, interrompendo uma tendência de crescimento das mesmas e levando a recessões em 2020.

Os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19 começaram a ser observados na Companhia a partir do final do mês de março de 2020, provocando, no segundo trimestre daquele ano, uma redução na receita líquida de locação da Unidade de Negócios Rental em relação ao primeiro trimestre (sem concentração de algum setor específico da economia), com o mês de maio de 2020 caracterizando-se pela maior retração na atividade de locação. A partir de junho de 2020, iniciou-se uma recuperação, concretizada ao longo do terceiro trimestre de 2020 pelas ações adotadas pela Companhia para enfrentamento da crise (detalhadas mais adiante), pela maior flexibilização das regras de isolamento e pela reabertura de indústrias, centros comerciais e outros estabelecimentos, levando a atividade de locação da Rental novamente ao patamar pré-crise no quarto trimestre de 2020 e mantendo uma performance positiva no primeiro trimestre de 2021, apesar do agravamento da pandemia no Brasil.

Já a Unidade de Negócios Construção, devido à característica dos seus equipamentos e dos seus contratos (os quais possuem menor velocidade de giro), mostrou uma maior resiliência e crescimento da sua receita líquida de locação ao longo de 2020, assim como para o primeiro trimestre 2021.

Tais performances, como dito, também são resultado das diversas ações tomadas pela Mills para mitigar os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19. Conforme já divulgado anteriormente, em resposta à crise a Companhia instalou um Comitê Interno de perfil multidisciplinar exclusivamente para tratar das várias faces do tema, aumentou a frequência das reuniões da Administração e implementou diversas ações, tais como o aumento da modalidade de home office, a suspensão de viagens, de eventos com aglomerações e a intensificação dos procedimentos de limpeza, entre outras, zelando pela saúde e segurança dos seus colaboradores, bem como pela continuidade das suas operações e da sua saúde financeira, destacando nesse caso:

- Manutenção das atividades comerciais e operacionais das filiais espalhadas pelo Brasil, garantindo o atendimento aos clientes;
- Intensificação da gestão de contas a receber e contas a pagar, com foco no equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia;
- Implementação de gestão matricial de despesas, visando identificar oportunidades de contenção de gastos, tais como aluguéis, consultorias, viagens, peças, fretes e pessoal, sem com isso comprometer as operações da Companhia;
- Acompanhamento e adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal, destacando a postergação de pagamento tributos em 2020;
- Suspensão de investimentos para preservação de caixa em 2020, destacando a adequação e/ou renovação da frota de equipamentos da Rental e as integrações de filiais, sendo que já houve a retomada dos investimentos em 2021;
- Reavaliação do perfil de dívida da Companhia em 2020, resultando no alongamento do prazo de pagamento das debêntures Solaris por um ano, no montante total de R\$ 22 milhões, e na emissão de nova dívida, no montante total de R\$ 84 milhões; e
- Mapeamento de novas oportunidades para buscar compensar, ainda que parcialmente, a redução da receita e melhorar o posicionamento da Companhia quando da retomada do crescimento.

Considerando o exposto acima e os vários riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, a Administração efetuou testes de stress de caixa e de covenants para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2020, e seus possíveis impactos na Companhia, analisando também as estimativas contábeis e a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas informações trimestrais individuais e consolidadas em 31 de março de 2021, não observando, até o presente momento, efeitos significativos que pudessem modificá-las, bem como qualquer incerteza quanto a sua premissa de continuidade em suas operações.

1.2. Busca e apreensão de material na sede da Companhia

Conforme fato relevante divulgado em 23 de setembro de 2020, a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão em sua sede, em cumprimento à ordem judicial proferida pela Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte, em decorrência de processo que tramita em segredo de justiça e que apura possíveis irregularidades na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais, especificamente entre os anos de 2007 a 2010. A Companhia, que forneceu equipamentos para a realização da obra e desconhecia o processo até então, após o cumprimento da ordem relatada, não foi mais requerida a fornecer informações. Em dezembro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor de dezesseis pessoas referente ao tema, nenhuma delas com vínculo passado ou presente junto à Mills.

Em paralelo a esse contexto, foi criado pela Companhia um Comitê de Investigação subordinado ao Conselho de Administração, no intuito de auxiliar com a apuração dos fatos. Para fins de assessoramento técnico, também foi contratado um escritório de advocacia especializado em compliance e uma empresa de auditoria forense. Após uma extensa apuração, nenhum ato ilegal ou violação foi identificado ou evidenciado que pudessem sugerir ou demonstrar a participação de colaboradores ou ex-colaboradores da Companhia.

Até o momento, todas as medidas judiciais passíveis de serem manejadas pela Companhia foram executadas. A Companhia segue à disposição das autoridades para colaborar com qualquer apuração, sempre que necessário.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, estão sendo apresentadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2020, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2020), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período findo em 31 de março de 2021, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2021 são as de "Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas" e "Gestão de risco financeiro", refletidas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2020, pelas notas explicativas 3 e 4, respectivamente.

2.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas nas notas explicativas n°s 2 e 3.

Tais demonstrações financeiras anuais foram publicadas na CVM no dia 17 de março de 2021 e no dia 26 de março de 2021 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3. Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações trimestrais da controladora e de suas controladas, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada.

O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do período:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	
		31/03/2021	31/12/2020
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	100%	100%

No processo de consolidação das informações trimestrais são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	2.450	1.170	2.574	1.199
Depósitos bancários vinculados (*)	6.840	-	6.840	-
Aplicações financeiras	298.271	284.823	389.969	377.706
	<u>307.561</u>	<u>285.993</u>	<u>399.383</u>	<u>378.905</u>

(*) O valor de R\$ 6.840 está restrito para fins de pagamento de dívida em 31 de março de 2021, referente a primeira parcela da 5ª emissão de debêntures liquidada em abril de 2021.

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2021, as aplicações financeiras referem-se certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,94%, em 31 de dezembro de 2020).

4. CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS

Unidade de negócio	Controladora					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	64.509	(43.527)	20.982	62.891	(46.152)	16.739
Rental	115.842	(36.728)	79.114	104.260	(38.521)	65.739
	<u>180.351</u>	<u>(80.255)</u>	<u>100.096</u>	<u>167.151</u>	<u>(84.673)</u>	<u>82.478</u>
Circulante	127.895	(27.799)	100.096	109.338	(26.860)	82.478
Não circulante	52.456	(52.456)	-	57.813	(57.813)	-

Unidade de negócio	Consolidado					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	64.509	(43.527)	20.982	62.891	(46.152)	16.739
Rental	151.859	(59.449)	92.410	145.069	(61.432)	83.637
	<u>216.368</u>	<u>(102.976)</u>	<u>113.392</u>	<u>207.960</u>	<u>(107.584)</u>	<u>100.376</u>
Circulante	145.808	(32.416)	113.392	132.546	(32.170)	100.376
Não circulante	70.560	(70.560)	-	75.414	(75.414)	-

As movimentações, no trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020 ,na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(84.673)	(109.387)	(107.584)	(135.323)
Impacto líquido de PCE no resultado	(1.248)	(407)	(2.462)	(3.147)
Provisão	(1.850)	(29.711)	(3.119)	(34.756)
Reversão	602	29.304	657	31.609
Baixas (*)	5.666	25.121	7.070	30.886
	<u>(80.255)</u>	<u>(84.673)</u>	<u>(102.976)</u>	<u>(107.584)</u>

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 7.070 no consolidado (R\$5.666 na controladora) que não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	101.075	87.504	109.820	100.159
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	3.114	1.619	3.114	1.619
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	13.578	13.330	16.718	16.889
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	4.767	1.961	6.488	3.039
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	2.285	877	3.209	2.064
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	3.076	4.046	6.459	8.778
Vencidos acima de 360 dias (*)	52.456	57.814	70.560	75.412
	<u>180.351</u>	<u>167.151</u>	<u>216.368</u>	<u>207.960</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Mercadorias para revenda	1.808	1.350	1.808	86
Peças de reposição e suprimentos	54.528	39.742	61.216	48.607
Provisão para estoque de giro lento (*)	(5.308)	(4.867)	(8.359)	(7.979)
	<u>51.028</u>	<u>36.225</u>	<u>54.665</u>	<u>40.714</u>

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Provisão para estoque de giro lento	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2020	(4.867)	(7.979)
Provisão	(552)	(554)
Reversão	111	174
Saldos em 31/03/2021	(5.308)	(8.359)

O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo seu custo médio.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recuperar (*)	602	415	6.254	5.815
PIS e COFINS a recuperar (**)	2.015	2.105	3.469	3.880
ICMS a recuperar (***)	303	505	882	1.257
Outros	340	347	509	618
	<u>3.260</u>	<u>3.372</u>	<u>11.114</u>	<u>11.570</u>
Circulante	3.259	3.371	10.822	11.221
Não Circulante	1	1	292	349

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.

(***) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

7. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos das contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação, e sim comercializados a terceiros

O Pronunciamento Técnico CPC 31 (IFRS 5), determina que um ativo não circulante deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda. Em junho de 2020,

conforme instrumento particular de dação em pagamento em cumprimento a plano de recuperação judicial de cliente inadimplente, a Companhia aprovou o recebimento de bens móveis para fins de quitação de crédito no montante de R\$ 18.906, partindo da premissa que a venda dos referidos bens seria efetivada em até 90 dias, a contar da transferência da propriedade dos mesmos. Deste acordo, há o valor residual líquido de R\$ 4.357 em negociação para venda.

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/03/2021	31/12/2020
Ativos mantidos para venda	13.227	13.227
Perda por desvalorização de ativo (i)	(2.955)	(2.955)
	<u>10.272</u>	<u>10.272</u>

(*) Os saldos apresentados em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são integralmente registrados na controladora.

A provisão por perda por desvalorização de ativo disponível a venda, que é avaliada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado desses ativos em 31 de dezembro e em 31 de março de 2021, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

8. ATIVO FINANCEIRO PELO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares ("Rohr") por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de março de 2021, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2020 e exercícios anteriores.

b) Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado (15,6% de taxa de desconto entre os anos de 2021 a 2023 e de 14,9% em diante, inclusive na perpetuidade em 31 de dezembro de 2020) pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

A avaliação do valor justo é realizada ao final de cada exercício findo em 31 de dezembro, e como não houve alterações significativas nas condições analisadas anteriormente, a Administração

entende que não há indicadores de alteração no valor justo estimado do investimento na Rohr em 31 de março de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, o qual é de R\$ 39.341.

9. INVESTIMENTOS

a) Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

A Solaris Equipamentos é um empresa de capital fechado, controlada pela Companhia e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

<u>Informações da controlada</u>	<u>Solaris Equipamentos</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Participação - %	100%	100%
Ativo circulante	120.735	127.191
Ativo não circulante	88.558	103.034
Passivo circulante	36.375	39.840
Passivo não circulante	5.887	9.683
Patrimônio líquido	<u>167.031</u>	<u>180.702</u>
Receitas	15.139	142.531
Custos e despesas	(14.567)	(138.456)
Lucro antes dos impostos	572	4.075
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(2.224)	(4.157)
Resultado do período	<u>(1.652)</u>	<u>(82)</u>

<u>Movimento dos investimentos em controladas</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	301.061
Redução de investimento (b)	(12.019)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (i)	(921)
Resultado do período	<u>(1.652)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	<u>286.469</u>

(i) Saldos referentes a realização da mais-valia de ativos apurada no processo de combinação de negócios.

b) Redução de capital em controlada

Após a aquisição da Solaris, como parte da estratégia para captura de sinergias, a Administração passou a realizar reduções de capital (vide nota explicativa 10) por meio de cessão de equipamentos de locação, estoques, móveis/utensílios e benfeitorias nas filiais onde a Companhia e sua controlada possuíam a mesma atuação geográfica.

Filial	Data	Equipamentos de locação	Estoque	Móveis/ utensílios e benfeitorias	Total
São Luis	15-out-19	3.061	236	12	3.309
Serra	30-jan-20	2.137	129	81	2.347
Maracanaú	11-mar-20	5.125	308	10	5.443
Uberlândia	24-mar-20	8.178	304	34	8.516
Cabo de Santo Agostinho	5-jun-20	4.569	210	3	4.782
Cachoeirinha	9-jul-20	3.855	253	2	4.110
Camaçari	3-ago-20	6.646	578	27	7.251
Brasília	20-ago-20	2.680	249	-	2.929
Curicica	26-ago-20	4.478	605	327	5.410
Parauapebas	8-set-20	6.695	378	37	7.110
Contagem	14-set-20	12.871	814	23	13.708
Campinas	21-set-20	6.083	360	4	6.447
Cravinhos	06-out-20	6.079	475	52	6.606
São José dos Pinhais	13-out-20	9.669	466	10	10.145
Osasco	13-nov-20	11.757	6.375	2.561	20.693
Total até 31/12/2020		<u>93.883</u>	<u>11.740</u>	<u>3.183</u>	<u>108.806</u>
Barcarena	21-jan-21	1.485	88	26	1.599
Vila Olímpia	25-jan-21	-	-	424	424
Macaé	25-fev-21	4.831	576	9	5.416
Goiânia	22-mar-21	4.062	433	85	4.580
Total trimestre		<u>10.378</u>	<u>1.097</u>	<u>544</u>	<u>12.019</u>
Total		<u>104.261</u>	<u>12.837</u>	<u>3.727</u>	<u>120.825</u>

10. IMOBILIZADO

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a immobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Custo do immobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630	22.959	14.756	1.397	9.946	11.164	60.107	4.074	68	144.101	1.177.399
Aquisição	2.154	-	2.154	807	-	1.273	368	203	331	-	-	2.081	5.063	7.217
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.110	7.461	-	13.571	13.571
Adição por redução de capital em controlada	306.144	-	306.144	5.021	-	1.891	350	38	2.843	-	-	-	10.142	316.286
Baixa/alienação	(43.822)	-	(43.822)	(342)	(1.842)	(448)	(349)	-	(8)	(199)	-	-	(3.188)	(47.011)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(45)	-	(45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45)
Transferência	283	(283)	-	120	-	-	-	91	-	-	-	(211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.297.729	-	1.297.729	25.235	21.117	17.472	1.766	10.277	14.330	66.018	11.535	1.938	169.688	1.467.417
Aquisição	198	3.670	3.868	24	-	477	-	-	190	-	-	1.146	1.837	5.705
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.454	2.294	-	4.748	4.748
Adição por redução de capital em controlada	48.255	-	48.255	436	-	495	-	-	51	-	-	-	982	49.237
Baixa/alienação	(17.774)	-	(17.774)	-	-	(30)	(227)	-	(6)	-	-	-	(263)	(18.037)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(12)	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(740)	(740)	(740)
Saldos em 31 de março de 2021	1.328.396	3.670	1.332.066	25.695	21.117	18.414	1.539	10.277	14.565	68.472	13.829	2.344	176.252	1.508.318

Mills Estruturas E Servicos De Engenharia S.A

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	-	(56.119)	(779.608)
Depreciação	(101.749)	-	(101.749)	(2.023)	(617)	(214)	(153)	(880)	(793)	(10.904)	(2.174)	-	(17.758)	(119.507)
Adição por redução de capital em controlada	(214.620)	-	(214.620)	(3.890)	-	(1.500)	(350)	(2)	(2.198)	-	-	-	(7.940)	(222.560)
Baixa	38.047	-	38.047	178	-	448	256	-	6	199	-	-	1.087	39.134
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(1.001.811)</u>	<u>-</u>	<u>(1.001.811)</u>	<u>(15.231)</u>	<u>(5.236)</u>	<u>(15.795)</u>	<u>(1.281)</u>	<u>(6.401)</u>	<u>(11.103)</u>	<u>(21.562)</u>	<u>(4.417)</u>	<u>-</u>	<u>(81.026)</u>	<u>(1.082.837)</u>
Depreciação	(27.811)	-	(27.811)	(539)	(154)	(142)	(35)	(219)	(213)	(2.945)	(813)	-	(5.060)	(32.871)
Adição por redução de capital em controlada	(37.878)	-	(37.878)	(325)	-	(252)	-	-	(11)	-	-	-	(588)	(38.466)
Baixa/alienação	16.924	-	16.924	-	-	30	227	-	5	-	-	-	262	17.186
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(55)	-	-	-	(22)	-	-	-	-	(77)	(77)
Saldos em 31 de março de 2021	<u>(1.050.576)</u>	<u>-</u>	<u>(1.050.576)</u>	<u>(16.150)</u>	<u>(5.390)</u>	<u>(16.159)</u>	<u>(1.089)</u>	<u>(6.642)</u>	<u>(11.322)</u>	<u>(24.507)</u>	<u>(5.230)</u>	<u>-</u>	<u>(86.489)</u>	<u>(1.137.065)</u>

Taxas anuais de depreciação - %	10 - 12 - 15	-		De acordo com o contrato de - locação	4	20	20	10	10	-	-	-	-	-
---------------------------------	--------------	---	--	---------------------------------------	---	----	----	----	----	---	---	---	---	---

Resumo imobilizado líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2020	295.918	-	295.918	10.004	15.881	1.677	485	3.876	3.227	44.456	7.118	1.938	88.662	384.580
Saldo em 31 de março de 2021	277.820	3.670	281.490	9.545	15.727	2.255	450	3.635	3.243	43.965	8.599	2.344	89.763	371.253

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.480.141	6.604	1.486.745	26.546	22.959	17.247	2.459	10.548	14.163	67.946	7.549	68	169.485	1.656.232
Aquisição	3.651	202	3.853	889	-	1.273	368	203	414	-	-	2.081	5.228	9.081
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.825	6.204	-	12.029	12.029
Baixa/alienação	(59.157)	(117)	(59.274)	(1.040)	(1.842)	(468)	(457)	(560)	(79)	(199)	-	-	(4.645)	(63.919)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	1.260	(517)	743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	743
Transferência	6.061	(6.061)	-	120	-	-	-	91	-	-	-	(211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.431.956	111	1.432.067	26.515	21.117	18.054	2.370	10.282	14.498	73.572	13.753	1.938	182.099	1.614.166
Aquisição	198	3.670	3.868	24	-	477	-	-	190	-	-	1.146	1.837	5.705
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.740	2.294	-	5.034	5.034
Baixa/alienação	(19.922)	-	(19.922)	(460)	-	(30)	(227)	(4)	(6)	-	-	-	(727)	(20.649)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(11)	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)
Transferência	-	(112)	(112)	-	-	-	-	-	112	-	-	(740)	(628)	(740)
Saldos em 31 de março de 2021	1.412.221	3.669	1.415.890	26.079	21.117	18.501	2.143	10.278	14.794	76.312	16.047	2.344	187.615	1.603.505

Mills Estruturas E Servicos De Engenharia S.A

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Depreciação acumulada														
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	-	(71.623)	(1.079.659)
Mais-valia do ativo imobilizado	110	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
Depreciação	(125.646)	-	(125.646)	(2.621)	(617)	(490)	(160)	(909)	(944)	(13.409)	(3.043)	-	(22.193)	(147.839)
Baixa/alienação	51.162	-	51.162	768	-	459	364	391	58	199	-	-	2.239	53.401
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.082.410)	-	(1.082.410)	(16.265)	(5.236)	(16.131)	(1.713)	(6.402)	(11.205)	(28.287)	(6.634)	-	(91.873)	(1.174.283)
Mais-valia do ativo imobilizado	(921)	-	(921)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(921)
Depreciação	(29.102)	-	(29.102)	(558)	(154)	(142)	(37)	(219)	(219)	(3.240)	(813)	-	(5.382)	(34.484)
Baixa/alienação	18.863	-	18.863	423	-	30	227	1	5	-	-	-	686	19.549
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(55)	-	-	-	(22)	-	-	-	-	(77)	(77)
Saldos em 31 de março de 2021	(1.093.570)	-	(1.093.570)	(16.455)	(5.390)	(16.243)	(1.523)	(6.642)	(11.419)	(31.527)	(7.447)	-	(96.646)	(1.190.216)
Taxas anuais de depreciação - %	10 - 12 - 15	-	-	10	4	20	20	10	10	20	-	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349.546	111	349.657	10.250	15.881	1.923	657	3.880	3.293	45.285	7.119	1.938	90.226	439.883
Saldo em 31 de março de 2021	318.651	3.669	322.320	9.624	15.727	2.258	620	3.636	3.375	44.785	8.600	2.344	90.969	413.289

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de março de 2021 por grupamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Escoramentos	82	82
Plataformas e manipuladores	3.670	3.670
Máquinas e equipamentos	117	117
Obras em andamentos	1.146	1.146
Móveis e utensílios	190	190
Benfeitorias em propriedade de terceiros	24	24
Computadores e periféricos	476	476
	<u>5.705</u>	<u>5.705</u>

A depreciação no período alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas monta em 31 de março de 2021 R\$ 28.583 e R\$ 7.684 (31 de dezembro de 2020 R\$ R\$ 122.237 e R\$ 28.101), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa13).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Rental e Construção (UGCs) ao longo de 2020 com base no CPC 01 (IAS 36). Em função disso, efetuou testes cujos resultados não identificaram ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessas Unidades de Negócio a serem constituídos.

O valor recuperável desse conjunto de ativos das Unidades de Negócio foram determinados com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação do IGPM, com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação do IPCA e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico da receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado.

Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 10,9% em 2021, 11,1% em 2022 e 10,6% para os demais anos, inclusive na perpetuidade para Construção e 10,3% para todos os anos para a Unidade Rental. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade para a Unidade Construção.

Após a conclusão dos referidos estudos em cada uma das Unidades de Negócio, o valor em uso dos ativos identificados através dos fluxos descontados foi superior ao valor contábil, não havendo, assim,

a necessidade de constituição de provisão para impairment para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração não identificou indicadores de impairment para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) durante os três meses findo em 31 de março de 2021.

11. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Intangível em andamento(i)</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.143	3.156	2.145	13.376	72.820
Aquisição	1.002	-	4.609	-	5.611
Adição por redução de capital em controlada	1.566	-	-	-	1.566
Transferências	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>58.372</u>	<u>3.156</u>	<u>5.093</u>	<u>13.376</u>	<u>79.997</u>
Aquisição	312	-	587	-	899
Adição por redução de capital em controlada	246	-	-	-	246
Transferências	3.077	-	(2.337)	-	740
Saldos em 31 de março de 2021	<u>62.007</u>	<u>3.156</u>	<u>3.343</u>	<u>13.376</u>	<u>81.882</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(41.573)</u>	<u>(878)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(46.683)</u>
Amortização	(1.192)	-	-	-	(1.192)
Adição por redução de capital em controlada	(95)	-	-	-	(95)
Ajuste crédito PIS e COFINS(*)	(121)	-	-	-	(121)
Saldos em 31 de março de 2021	<u>(42.981)</u>	<u>(878)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(48.091)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.799	2.278	5.093	9.144	33.314
Saldos em 31 de março de 2021	19.026	2.278	3.343	9.144	33.791

(*) Direito de créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de software conforme julgamento da administração, consubstanciado pelos nossos consultores tributários.

(i) Valor referente a projetos na área de informação, ainda não finalizados, que serão transferidos para o intangível fim, com o respectivo início da amortização, quando concluídos.

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Aquisição	1.048	-	4.609	-	5.657
Alienação	(5)	-	-	-	(5)
Transferência	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.681	3.164	5.093	101.387	168.325
Aquisição	312	-	587	-	899
Alienação	-	-	-	-	-
Transferência	3.077	-	(2.337)	-	740
Saldos em 31 de março de 2021	62.070	3.164	3.343	101.387	169.964
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Amortização	(4.484)	-	-	-	(4.484)
Alienação	5	-	-	-	5
Ajuste crédito PIS e COFINS	(439)	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.718)	(878)	-	(4.232)	(46.828)
Amortização	(1.193)	-	-	-	(1.193)
Alienação	-	-	-	-	-
Ajuste crédito PIS e COFINS	(121)	-	-	-	(121)
Saldos em 31 de março de 2021	(43.032)	(878)	-	(4.232)	(48.142)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.962	2.286	5.093	97.155	121.497
Saldos em 31 de março de 2021	19.038	2.286	3.343	97.155	121.822

a) Provisão para redução ao valor recuperável do ágio em investimentos

O ágio reconhecido na Controladora no valor de R\$13.376 é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 10 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b) *Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)*

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado no consolidado é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o seu reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Esse ágio foi gerado na troca de ações quando da aquisição da Solaris e a Administração avaliou junto aos assessores legais não considerar dedutível para fins de IR e CS.

Nas informações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos. A Administração não identificou nenhum fato ou evento que justificasse uma provisão para redução ao valor recuperável dos ágios registrados na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021.

12. CONTAS A PAGAR DE TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais – Terceiros	34.556	22.979	38.679	27.492
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	733	665	2.286	2.794
	<u>35.289</u>	<u>23.644</u>	<u>40.965</u>	<u>30.286</u>

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos registrados nos estoques, serviços e bens do ativo imobilizado.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Dolar (USD) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos de 3,10% a 3,63% a.a. acrescido de CDI. com amortizações em bases mensais até setembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante	-	-	3.332	4.547
Não circulante	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.332</u>	<u>4.547</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2021 são:

Empresa	Instituições financeiras
Solaris Equipamentos	Banco do Brasil
Solaris Equipamentos	Banco ABC

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Garantias concedidas:				
Alienação fiduciária (*)	-	-	14.049	14.049

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 31 de março de 2021 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2021	-	3.332
	-	3.332

14. DEBÊNTURES

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
						31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
1ª emissão – Solaris (i)	Única	80.000	Mar/14	fev/22	100% do CDI + 5%	-	-	21.635	21.630
4ª emissão - Mills (ii)	Única	100.000	Mar/20	Mar/25	CDI + 2,35%	94.457	100.318	94.457	100.318
Custo de emissão						(1.624)	(1.727)	(1.624)	(1.727)
						92.833	98.591	92.833	98.591
5ª emissão - Mills (iii)	Única	84.000	Dez/20	Out/24	CDI + 4,25%	85.117	84.242	85.117	84.242
Custo de emissão						(1.280)	(1.349)	(1.280)	(1.349)
						83.837	82.893	83.837	82.893
Total						176.670	181.484	198.305	203.114
Circulante						46.615	40.124	68.250	57.829
Não circulante						130.055	141.360	130.055	145.285

(i) 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.”, de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, a Controlada apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ 32.786.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

- (1) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.
- (2) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 (inclusive), até a data de vencimento.

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada atingiu todos os covenants as quais estava sujeita. Esses covenants são mensurados a cada encerramento do exercício.

(ii) 4ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 2.

- (2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).
- (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
- (ii) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 31 de março de 2021, todos os covenants originais estão sendo cumpridos.

(iii) 5ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 15 de setembro de 2020 a emissão de debentures as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor (“Instrução CVM 476” e “Oferta”, respectivamente), por meio do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.” (“Escritura de Emissão”) assim como: (a) alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e bens móveis (“Máquinas e Equipamentos” e “Alienação Fiduciária”), nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária”); e (b) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios oriundos da conta vinculada, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Depositário (conforme abaixo definido), bem como de todo e qualquer montante relacionado aos investimentos permitidos, que foram definidos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) (“Cessão Fiduciária” e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária, “Garantias Reais”), nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação 2 Fiduciária, “Contratos de Garantia”, os quais, em conjunto com a presente RCA, a Escritura de Emissão e o Contrato de Depósito, foram denominados “Documentos da Operação”.

Em 04 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração se reuniu para retificar e ratificar a aprovação da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais).

A Emissão foi composta por 84.000.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, portanto, R\$ 84.000.000,00 com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano.

Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos, ao reforço de caixa e/ou ao capital de giro da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária de negócio.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira Líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.
- (2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).
 - i. "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
 - ii. "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.
 - iii. "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 31 de março de 2021, todos os covenants originais estão sendo cumpridos.

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ 201.688.

Em 31 de março de 2021, os saldos das debêntures, brutos dos custos de transação, são de R\$69.022 no passivo circulante e de R\$132.187 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$68.250 e R\$130.055 (em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de debêntures é de R\$58.596 no passivo circulante e de R\$147.595 no passivo não circulante, e R\$57.829 e R\$145.285 líquidos dos custos de transação).

15. ARRENDAMENTOS

Na adoção inicial do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2021, foi a seguinte:

a) Movimentação do direito de uso – Ativo

<u>Direito de uso</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Veículos</u>				
Saldo em 1º de janeiro	7.118	1.831	7.118	3.959
Adições/atualizações de contratos	2.531	8.975	2.531	8.975
Baixas	(237)	(1.515)	(237)	(1.553)
Depreciação acumulada	(813)	(2.173)	(813)	(4.263)
Imobilizado líquido	<u>8.599</u>	<u>7.118</u>	<u>8.599</u>	<u>7.118</u>
<u>Imóveis</u>				
Saldo em 1º de janeiro	44.455	49.250	45.284	52.867
Remensuração (*)	-	-	-	(484)
Adições/ atualizações de contratos	2.454	6.881	2.740	7.321
Baixas	-	(773)	-	(1.107)
Depreciação acumulada	(2.945)	(10.903)	(3.240)	(13.313)
Imobilizado líquido	<u>43.964</u>	<u>44.455</u>	<u>44.784</u>	<u>45.284</u>

b) Movimentação do arrendamento – Passivo

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Veículos</u>				
Saldo em 1º de janeiro	7.143	1.890	7.143	3.746
Remensuração (*)	-	-	-	69
Atualização de contratos	2.531	8.975	2.531	8.975
Baixas	(237)	(1.516)	(237)	(1.554)
Pagamentos	(919)	(2.340)	(919)	(3.737)
Encargos financeiros	186	134	186	(356)
Arrendamentos a pagar – Veículos	<u>8.704</u>	<u>7.143</u>	<u>8.704</u>	<u>7.143</u>

Passivo de arrendamento	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<u>Imóveis</u>				
Saldo em 1º de janeiro	48.472	51.286	49.187	54.908
Remensuração (*)	-	-	-	(483)
Atualização de contratos	2.454	6.881	2.454	7.321
Baixas	-	(773)	229	(1.105)
Pagamentos	(3.831)	(13.452)	(4.151)	(16.144)
Encargos financeiros	1.144	4.530	1.181	4.690
Arrendamentos a pagar – Imóveis	<u>48.239</u>	<u>48.472</u>	<u>48.900</u>	<u>49.187</u>
Total arrendamentos a pagar	<u>56.943</u>	<u>55.615</u>	<u>57.604</u>	<u>56.330</u>
Circulante	15.704	14.359	16.365	15.074
Não circulante	41.239	41.256	41.239	41.256

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre de 2019 baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

c) Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Taxa a.a.	
	Imóveis	Veículos
2021	0,06%	0,07%
2022	1,62%	0,83%
2023	18,83%	98,43%
2024	1,61%	0,67%
2025	13,08%	-
2026	39,18%	-
2030	25,62%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de março de 2021:

Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Controladora		Consolidado	
		Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2021	3,04%	11.938	2.785	12.568	2.785
2022	3,44%	14.007	3.635	14.061	3.635
2023	4,08%	9.858	3.330	9.858	3.330
2024	4,23%	8.666	2	8.666	2
2025	4,43%	7.509	-	7.509	-
2026 a 2028	4,56%	9.026	-	9.026	-
2029 a 2030	4,69%	906	-	906	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		61.910	9.752	62.594	9.752
Encargos financeiros embutidos		13.671	1.048	13.694	1.048
Fluxo real total dos pagamentos futuros		48.239	8.704	48.900	8.704
Circulante		12.496	3.207	13.157	3.207
Não Circulante		35.742	5.498	35.742	5.498

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Alíquota	Controladora		Consolidado	
		Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação		71.662	56.943	72.346	57.603
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.629	5.267	6.692	5.328

d) Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Despesa de arrendamento de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	522	509	537	649

16. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b) Remuneração ao pessoal chave

Os montantes referentes à remuneração ao pessoal chave da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Salários e encargos - Diretoria	2.094	3.873	2.094	4.234
Honorários do Conselho de Administração	1.026	1.044	1.026	1.044
Bonus	965	-	965	-
Pagamentos com base em ações	-	6.068	-	6.068
	<u>4.085</u>	<u>10.985</u>	<u>4.085</u>	<u>11.346</u>

Esses montantes refletem os benefícios diretos e indiretos, bônus e participações nos lucros, bem como encargos sociais e previdenciários quando aplicáveis, desembolsados ao pessoal chave da Companhia. A Companhia não possui em 31 de março de 2021 benefícios de médio ou longo prazo oferecidos a esses executivos.

c) Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações *intercompany* estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

Empresa	31/03/2021			
	Contas a receber	Contas a pagar	Receita	Custo
Solaris Equipamentos	2.137	440	3.859	679

Os saldos com a parte relacionada referem-se, basicamente, a sublocação de equipamentos e venda de peças. Essas transações não estão sujeitas a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Benefícios plano de saúde pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente no fechamento anual do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e estão reconhecidos nas informações intermediárias conforme o IAS 19 (CPC 33 R1).

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/03/2021	31/12/2020
Benefício pós-emprego	12.116	11.868

(*) Os saldos apresentados em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são integralmente registrados na controladora.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(677)	-
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(260)	-
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(314)	(831)	556

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente ao seu componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e ex-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	677	677
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	260	260
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.622	2.520
Número de opções a exercer (milhares)	556	558
Número de opções exercidas (milhares)	314	311
Número de opções canceladas (milhares)	831	831
Total registrado como patrimônio (acumulado)	<u>53.008</u>	<u>52.906</u>
Efeito no resultado	<u>102</u>	<u>409</u>

c) Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares			
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858
Programa 2020	14/10/2020	31/12/2022	566	-	-	566

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários sobre a aprovação do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia 2020 (“Programa de Ações Restritas 2020”), no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia (“Plano de Ações Restritas”) aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses
Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2020	6,11	6,12	0,00	75,89%	0,00%	0,58%	27 meses

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plano 2019:		
Reserva de capital	4.405	3.744
Número de opções a exercer (milhares)	858	858
Número de opções canceladas (milhares)	<u> </u>	<u> </u>
		-
Plano 2020:		
Reserva de capital	771	386
Número de opções a exercer (milhares)	566	566
Número de opções canceladas (milhares)	<u> </u>	<u> </u>
		-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	<u>5.176</u>	<u>4.130</u>
Efeito no resultado	<u>1.046</u>	<u>3.028</u>
	<u> </u>	<u> </u>

d) Programa de participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados da Companhia é baseado no atingimento do EBITDA ajustado. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados são elegíveis.

Em 31 de março de 2021, o valor do passivo registrado é no montante de R\$ 8.172 na controladora e R\$ 9.570 no consolidado (R\$ 5.865 e R\$ 7.226, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

O pagamento referente ao programa de participação de resultado do exercício de 2020 foi realizado em abril de 2021.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (Prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição Social	13.608	(1.563)	15.833	2.594
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.627)	531	(5.383)	(882)
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(1.054)	(3.826)	(3.085)	(6.459)
Resultado de equivalência patrimonial	(562)	111	-	-
Outros	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>(6.243)</u>	<u>(3.184)</u>	<u>(8.468)</u>	<u>(7.341)</u>
Alíquota efetiva	46%	-204%	53%	283%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b) A movimentação de IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	Controladora				Consolidado	
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)	(2.437)
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa	(30)	-	-	(30)	(30)	(30)
Arrendamento financeiro	1.430	-	-	1.430	(4.438)	(3.740)
Atualização de depósito judicial	(1.897)	957	-	(940)	(1.897)	(940)
Debêntures	(1.045)	-	58	(987)	(1.045)	(987)
Depreciação acelerada	(1.505)	-	189	(1.316)	(1.873)	(1.792)
Hedge sobre imobilizado	(158)	-	16	(142)	(158)	(142)
Variação cambial ativa – competência	(770)	-	771	1	(770)	1
Ágio SGC III	-	-	-	-	2.424	1.834
Ajuste a valor justo (Rohr)	3.612	-	-	3.612	3.612	3.612
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa (adoção inicial)	36	-	-	36	36	36
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588	1.219	1.219
Arrendamento IFRS 16	1.136	115	-	1.251	1.162	1.293
Benefício pós emprego	507	84	-	591	507	591
Benefício pós emprego (ajuste inicial)	3.529	-	-	3.529	3.529	3.529
Gratificações a pagar	1.450	(83)	-	1.367	1.450	1.367
Outras provisões	-	-	-	-	940	385
Perda por desvalorização de ativo	1.002	(2)	-	1.000	1.003	1.000
Perdas estimadas por valor não recuperado (Rohr)	12.727	-	-	12.727	12.727	12.727
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL	187.629	-	(2.586)	185.043	263.019	260.394
Provisão de participação nos lucros e resultados	1.994	-	786	2.780	2.287	3.066
Provisão estoque giro lento	1.655	150	-	1.805	2.715	2.843
Provisão para descontos e cancelamentos	384	549	(144)	789	384	790
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.790	610	-	8.400	9.959	10.982
Provisão para realização crédito ICMS	25	-	(2)	23	25	23
Provisões de custos e despesas	174	2	-	176	173	176
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.729	23	(1.586)	5.166	8.523	7.018
Stock Options	11.450	571	-	12.021	11.450	12.021
Incorporação Sullair	-	-	-	-	-	(2.005)
Variação cambial passiva	795	-	(795)	0	795	-
	<u>236.128</u>	<u>2.976</u>	<u>(3.293)</u>	<u>235.811</u>	<u>314.618</u>	<u>312.162</u>

c) Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo dos impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021 é de R\$ 4.442 (R\$4.442 em 31 de dezembro de 2020). Esses referem-se as transações registradas diretamente no patrimônio líquido tais como Ajuste de valor justo no investimento na Rohr e passivo atuarial.

d) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
<i>Hedge</i> sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo – Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia. Para a data base de 31 de março de 2021 não ocorreram mudanças relevantes negativas que indicassem alterações nas expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos.

As ações com vistas à geração de lucro tributável futuro são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

19. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Tributários (1)	129	127	459	457
Cíveis (2)	1.168	1.231	1.991	2.021
Trabalhistas (3)	11.582	11.412	15.876	15.569
Honorários de êxito (4)	2.321	2.367	2.321	2.367
	<u>15.200</u>	<u>15.137</u>	<u>20.647</u>	<u>20.414</u>

- (1) Refere-se a autos de infração de ICMS e ISS.
- (2) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações.
- (3) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações trabalhistas tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (4) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	15.137	19.569	20.414	23.648
Constituições	629	3.861	1.419	5.921
Atualizações monetárias	504	1.816	504	1.816
Reversões/baixas	(1.070)	(10.109)	(1.690)	(10.971)
	<u>15.200</u>	<u>15.137</u>	<u>20.647</u>	<u>20.414</u>

Composição dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Tributárias (i)	4.195	4.089	4.235	4.129
Trabalhistas (ii)	3.801	3.349	4.345	3.477
Cíveis (iii)	-	-	108	66
	<u>7.996</u>	<u>7.438</u>	<u>8.688</u>	<u>7.672</u>

- (i) Em 31 de março de 2021, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 4.195. A conciliação desse montante refere-se basicamente aos depósitos judiciais dos MS 2004.001.104294-8 e MS 2004.002.018619-4 que totalizam R\$ 3.517.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósitos judiciais relativos a ações indenização por danos materiais e morais das quais a companhia é ré .

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Tributárias (i)	61.773	61.715	80.326	80.198
Cíveis (ii)	4.326	4.928	4.738	5.367
Trabalhistas (iii)	9.714	9.502	10.547	10.368
	<u>75.813</u>	<u>76.145</u>	<u>95.611</u>	<u>95.933</u>

(i) Principais discussões Tributárias:

- (a) Auto de Infração de ICMS recebido pela entidade Sullair (empresa incorporada em 2020 pela Solaris): Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado

de R\$59.000 de principal que perfaz um total de cerca de R\$ 200.000, acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para o montante de R\$ 4.391 pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não estoques para revenda, não existindo a incidência de ICMS nessa operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.

- (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis incluídas no PIS e COFINS, na interpretação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (d) Não reconhecimento por parte dos órgãos do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

- (a) A variação no primeiro trimestre de 2021 foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda possível para remota, referente a alguns processos de indenização por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

20. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL	2.155	1.920	2.245	2.917
IRRF*	6.085	6.037	6.091	6.045
PIS e COFINS*	6.850	7.307	6.850	7.307
INSS	236	50	241	52
ICMS	454	723	550	724
ISS	122	101	136	115
Outros	450	415	498	444
	<u>16.352</u>	<u>16.553</u>	<u>16.611</u>	<u>17.604</u>
Circulante	5.969	6.205	6.228	7.256
Não circulante	10.383	10.348	10.383	10.348

- (*) Não homologação pela receita federal dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014, por inconsistências no cálculo identificadas pela Administração. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida pela receita federal, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2021 é representado pelo valor de R\$ 1.089.650 (R\$1.089.642 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 251.956 mil (251.954 mil em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/03/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações (em milhares)	%	Quantidade de ações (em milhares)	%
Andres Cristian Nacht	13.657	5,42%	13.657	5,42%
Snow Petrel LLC	23.677	9,40%	23.677	9,40%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia(1)	22.957	9,11%	22.957	9,11%
Família Nacht (total)	60.290	23,93%	60.290	23,93%
Sun Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (3)	51.556	20,46%	51.556	20,46%
Sullair Argentina S.A. (2)	22.096	8,77%	22.096	8,77%
Outros	118.014	46,84%	118.011	46,84%
	<u>251.956</u>	<u>100,00 %</u>	<u>251.954</u>	<u>100,00 %</u>

- (1) Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
- (2) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos, e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.
- (3) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos, e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia. Em 23 de novembro de 2020, a totalidade destas ações foram transferidas para o fundo Sun Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Quando apurado lucro ao final do exercício findo em 31 de dezembro, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2020, o prejuízo do exercício de R\$ 9.435 foi absorvido pela reserva legal, permanecendo o saldo de R\$ 860, sem alterações no período findo em 31 de março de 2021

b.2) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de capital (prêmio de opções de ações)

A reserva de capital é constituída entre outras por reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 58.184 em 31 de março de 2021, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo de ações restritas(em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 57.036).

d) Custo com emissão de ações

Os custos com emissão de ações representam custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital.

e) Ações em Tesouraria

O numero de ações em tesouraria em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de 1.688.687 no valor total de R\$ 15.056, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777, a alienação de ações no montante de R\$ 47 e o pagamento do programa de incentivo de longo prazo – ILP 2018 no montante de R\$ 5.231.

f) Recompra de Ações

A Companhia, em 18 de março de 2021, informa que o Conselho de Administração aprovou, nessa data, o 2º Plano de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de sua emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução de capital, com o objetivo de utilizar (i) para os Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, (ii) como instrumento de negociação com potenciais targets (M&A) e/ou (iii) para cancelamento de parte das ações recompradas para maximizar a geração de valor para os acionistas e melhorar a estrutura de capital da Companhia., nos seguintes termos e conforme ata de Reunião do Conselho realizada na data de hoje:

- a) a quantidade de ações que podem ser adquiridas é de até 7.558.687 ações, que correspondem a 6,51% das ações em circulação nesta data;
- b) o prazo máximo para a realização da operação ora autorizada é de 18 meses, de 18 de março de 2021 até 16 de setembro de 2022, inclusive;
- c) as ações serão adquiridas na B3 ao preço de mercado.

Não houve recompras durante o mês de março de 2021. As recompras de ações efetuadas até a data de emissão desse relatório, foram de 1.223.400 ações ao preço médio de 7,96, totalizando R\$ 9.740.

22. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal à época que não considerava locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o

entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (e) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 31 de Março de 2021
PIS	881	(99)	-	31	813
COFINS	2.743	(307)	-	95	2.531
IRPJ	1.126	(126)	-	39	1.039
CSLL	106	(12)	-	4	98
INSS	343	-	8	13	364
	<u>5.199</u>	<u>(544)</u>	<u>8</u>	<u>182</u>	<u>4.845</u>
Circulante	1.456	-	-	-	1.459
Não Circulante	3.743	-	-	-	3.386

23. RESULTADO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/03/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	7.365	(4.747)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.493	207.493
Lucro (Prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas	0,04	(0,02)

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/03/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	7.365	(4.747)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.493	207.493
Lucro (Prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	0,04	(0,02)

(*) As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

24. RECEITA LIQUIDA DE LOCAÇÃO, VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Locação	149.255	89.602	157.456	129.006
Vendas de novos	2.321	2.117	4.698	5.353
Venda de seminovos	6.095	1.940	8.449	3.723
Venda de seminovos (outros)	166	425	232	426
Assistência técnica	1.328	1.004	1.601	8.784
Indenizações	3.067	956	3.067	968
Outros (i)	2.036	1.788	2.168	1.789
Total receita bruta	<u>164.268</u>	<u>97.832</u>	<u>177.671</u>	<u>150.049</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(14.213)	(8.731)	(15.678)	(14.299)
Cancelamentos e descontos	<u>(6.328)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>(7.663)</u>	<u>(9.653)</u>
	<u>143.727</u>	<u>84.314</u>	<u>154.330</u>	<u>126.097</u>

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

25. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) Aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral);
- (v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável, conforme notas explicativas 8 e 13, respectivamente ;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do *backoffice* administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de *stock options*, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

CONTROLADORA

Natureza	31/03/2021			31/03/2020		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(14.333)	(23.157)	(37.490)	(11.167)	(12.074)	(23.241)
Terceiros	(490)	(8.504)	(8.994)	(465)	(6.882)	(7.347)
Frete	(4.659)	(759)	(5.418)	(2.725)	(207)	(2.932)
Material construção/manutenção e reparo	(20.092)	(3.525)	(23.617)	(11.133)	(1.108)	(12.241)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.392)	(842)	(2.234)	(3.906)	(1.366)	(5.272)
Viagem	(1.477)	(1.073)	(2.550)	(794)	(868)	(1.662)
Custo das mercadorias vendidas	(1.308)	-	(1.308)	(1.104)	-	(1.104)
Depreciação/Amortização	(27.278)	(6.460)	(33.738)	(25.709)	(5.724)	(31.433)
Baixa de ativos	(757)	-	(757)	(679)	165	(514)
Custo de venda com seminovos – outros	(71)	-	(71)	(438)	-	(438)
Plano de ações	-	(1.148)	(1.148)	-	(763)	(763)
Provisões	-	(81)	(81)	-	582	582
Participação nos resultados	-	(2.313)	(2.313)	-	(1.634)	(1.634)
Outros	(576)	(3.029)	(3.605)	(336)	1.778	1.442
	<u>(72.433)</u>	<u>(50.891)</u>	<u>(123.324)</u>	<u>(58.456)</u>	<u>(28.101)</u>	<u>(86.557)</u>

CONSOLIDADO

Natureza	31/03/2021			31/03/2020		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(14.836)	(23.689)	(38.525)	(16.368)	(16.609)	(32.977)
Terceiros	(722)	(9.353)	(10.075)	(547)	(8.982)	(9.529)
Frete	(5.014)	(835)	(5.849)	(3.383)	(1.318)	(4.701)
Material construção/manutenção e reparo	(21.330)	(3.776)	(25.106)	(16.775)	(1.600)	(18.375)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.622)	(1.073)	(2.695)	136	(964)	(828)
Viagem	(1.599)	(1.117)	(2.716)	(1.065)	(1.287)	(2.352)
Custo das mercadorias vendidas	(2.604)	-	(2.604)	(2.619)	-	(2.619)
Depreciação/Amortização	(28.583)	(7.684)	(36.267)	(33.674)	(6.469)	(40.143)
Baixa de ativos	(966)	-	(966)	(700)	165	(535)
Custo de venda com seminovos - outros	(71)	-	(71)	(438)	-	(438)
Plano de ações	-	(1.148)	(1.148)	-	(763)	(763)
Provisões	-	(237)	(237)	-	(132)	(132)
Participação nos resultados	-	(2.350)	(2.350)	-	(2.291)	(2.291)
Outros	(610)	(3.698)	(4.308)	(509)	(3.260)	(3.769)
Total	(77.957)	(54.960)	(132.917)	(75.942)	(43.510)	(119.452)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas de juros	608	553	764	859
Receitas de aplicação financeira	1.369	966	1.771	1.479
Descontos obtidos	14	54	15	65
Variação cambial e monetária ativa	303	439	1.581	844
Outras	-	-	286	1.494
	<u>2.294</u>	<u>2.012</u>	<u>4.417</u>	<u>4.741</u>

b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Juros - empréstimos	(942)	(535)	(1.002)	(665)
Variações cambiais e monetárias passivas	(476)	(711)	(2.831)	(2.861)
Juros - debêntures	(2.287)	(1.929)	(2.647)	(2.402)
Comissões e tarifas bancárias	(102)	(64)	(363)	(249)
IOF	(2)	(5)	(6)	(57)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(1.243)	(1.135)	(1.277)	(1.234)
Outras	(430)	(188)	(331)	(601)
	<u>(5.482)</u>	<u>(4.567)</u>	<u>(8.457)</u>	<u>(8.069)</u>

27. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a) Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b) Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita líquida	21.754	16.093	121.973	68.221	-	-	143.727	84.314
(-) Custos	(7.339)	(8.339)	(37.815)	(24.408)	-	-	(45.154)	(32.747)
(-) Despesas	(10.082)	(7.051)	(34.142)	(15.055)	(207)	(271)	(44.431)	(22.377)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(309)	(577)	(939)	(3.087)	-	-	(1.248)	(3.664)
(-) Depreciação e amortização	(11.402)	(12.322)	(22.337)	(19.111)	-	-	(33.739)	(31.433)
(+) Outras receitas	1	100	213	21	-	-	214	121
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(2.573)	5.060	-	-	(2.573)	5.060
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(7.377)	(12.097)	24.380	11.641	(207)	(271)	16.796	(726)
Receita financeira	1.206	1.246	1.033	789	55	(23)	2.294	2.012
Despesa financeira	(2.590)	(2.189)	(2.669)	(2.321)	(223)	(57)	(5.482)	(4.567)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(8.761)	(13.039)	22.744	10.109	(375)	(351)	13.608	(3.281)
(-) IRPJ/CSLL	2.979	4.054	(9.350)	(1.903)	128	109	(6.243)	2.260
Lucro (Prejuízo) líquido do período	<u>(5.782)</u>	<u>(8.984)</u>	<u>13.394</u>	<u>8.206</u>	<u>(247)</u>	<u>(242)</u>	<u>7.365</u>	<u>(1.020)</u>

	Construção		Rental		Outros(*)		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita líquida	21.754	16.093	132.576	110.004	-	-	154.330	126.097
(-) Custos	(7.339)	(8.339)	(42.036)	(33.927)	-	-	(49.375)	(42.266)
(-) Despesas	(10.082)	(7.051)	(36.987)	(29.731)	(207)	(271)	(47.276)	(37.053)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(309)	(577)	(2.153)	(3.862)	-	-	(2.462)	(4.439)
(-) Depreciação e amortização	(11.402)	(12.322)	(24.864)	(27.821)	-	-	(36.266)	(40.143)
(+) Outras receitas	1	100	922	197	-	-	922	297
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(7.377)	(12.097)	27.458	14.860	(207)	(271)	19.873	2.493
Receita financeira	1.206	1.246	3.156	3.518	55	(23)	4.417	4.741
Despesa financeira	(2.590)	(2.189)	(5.644)	(5.823)	(223)	(57)	(8.457)	(8.069)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(8.761)	(13.039)	24.969	12.555	(375)	(351)	15.833	(836)
(-) IRPJ/CSLL	2.979	4.054	(11.575)	(4.348)	128	109	(8.468)	(185)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(5.782)	(8.984)	13.394	8.207	(247)	(242)	7.365	(1.020)

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imobilizado								
Custo de aquisição	424.280	435.022	1.084.038	1.032.395	-	-	1.508.318	1.467.417
(-) Depreciação acumulada	(332.485)	(332.826)	(804.580)	(750.011)	-	-	(1.137.065)	(1.082.837)
Imobilizado líquido	91.795	102.196	279.458	282.384	-	-	371.253	384.580
Outros ativos	308.794	309.925	747.317	710.489	27.053	27.703	1.083.164	1.048.117
Ativo total	400.589	412.121	1.026.775	992.873	27.053	27.703	1.454.417	1.432.697

	Construção		Rental		Outros(*)		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imobilizado								
Custo de aquisição	424.280	435.022	1.179.225	1.179.144	-	-	1.603.505	1.614.166
(-) Depreciação acumulada	(332.485)	(332.826)	(857.731)	(841.457)	-	-	(1.190.216)	(1.174.283)
Imobilizado Líquido	91.795	102.196	321.494	337.687	-	-	413.289	439.883
Outros ativos	308.794	309.925	744.939	697.881	27.053	27.703	1.080.786	1.035.509
Ativo total	400.589	412.121	1.066.433	1.035.568	27.053	27.703	1.494.075	1.475.392

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
			31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	300.721	285.993	392.543	378.905
<i>Swap</i>	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	569	808
	Valor justo por meio de outros resultados					
Investimento Rohr	abrangentes	3	39.341	39.341	39.341	39.341
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	100.096	82.478	113.392	100.374
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.137	6.410	-	-
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	-	3.332	4.547
Debêntures	Custo amortizado	-	176.670	181.484	198.305	203.115
Arrendamentos	Custo amortizado	-	56.943	55.615	57.604	56.330
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	35.289	23.629	40.965	30.271
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	440	390	-	-

28.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3 - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a) *Valor justo do caixa e equivalente de caixa*

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b) *Valor justo do Investimento Rohr*

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 39.341 (R\$ 39.341 em 31 de dezembro de 2020), conforme apresentado na nota explicativa 11.b. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

28.3. Instrumento financeiro ao custo amortizado

a) *Empréstimos e financiamentos*

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b) *Debêntures*

Dívida	Indicador	Valor contábil Consolidado	
		30/03/2021	31/12/2020
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	21.635	21.631
4ª emissão de debêntures	CDI	94.457	100.318
5ª emissão de debêntures		85.117	84.242
Total		<u>201.210</u>	<u>206.191</u>

28.4. Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano (em 31 de dezembro de 2021).

Aplicações Financeiras	Indicador	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Provável	Contábil	Provável
Aplicações financeiras	CDI	298.289	8.203	389.988	10.724

Dívida	Indicador	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Provável	Contábil	Provável
Capital de giro	CDI	-	-	3.332	376
1ª emissão de debêntures	CDI	-	-	21.635	2.218
4ª emissão de debêntures	CDI	94.457	7.054	94.457	7.054
5ª emissão de debêntures	CDI	85.117	8.054	85.117	8.054
Total		<u>179.574</u>	<u>15.108</u>	<u>204.541</u>	<u>17.701</u>

31/03/2021

Referências	Provável I
Taxas	
CDI ativo (%)	2,00%
CDI passivo (%)	2,00%

Fonte: Relatório Focus de 16 de abril de 2021.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possui saldos relevantes em contas a receber e contas a pagar para avaliação de risco de variação cambial.

28.5. Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento. As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de março de 2021							
Debêntures	-	6.878	14.076	21.038	57.655	121.212	220.859
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.283	2.498	11.028	13.169	33.269	61.247
Arrendamentos a pagar – veículos	-	310	620	2.770	3.625	2.427	9.752
Contas a pagar a terceiros	1.215	22.379	10.723	966	-	6	35.289
Contas a pagar – partes relacionadas	66	37	317	20	-	-	440
Em 31 de dezembro de 2020							
Debêntures	-	384	6.889	41.172	56.534	119.521	224.500
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.240	2.428	10.404	12.923	35.023	62.018
Arrendamentos a pagar - veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	114	-	-	23.644
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	390	-	-	390

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de março de 2021							
Empréstimos e financiamentos	-	99	198	3.040	-	-	3.337
Debêntures	-	8.969	18.235	37.201	57.655	121.212	243.272
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.385	2.679	11.429	13.169	33.269	61.931
Arrendamentos a pagar - veículos	-	310	620	2.770	3.625	2.427	9.752
Contas a pagar a terceiros	2.463	25.602	11.629	1.265	-	6	40.965
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	98	2.239	2.561	-	-	4.898
Debêntures	-	500	7.127	59.595	60.495	119.523	247.240
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.240	2.428	11.119	12.923	35.023	62.733
Arrendamentos a pagar - veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	6.756	-	-	30.286

28.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Conta corrente bancos (i)	2.450	1.170	2.574	1.199
Aplicações em bancos (i)	298.271	284.823	389.969	377.706
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>300.721</u>	<u>285.993</u>	<u>392.543</u>	<u>378.905</u>

- (i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

28.7. Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos	-	-	3.332	4.547
Debêntures (vide nota explicativa nº 14)	179.574	184.560	201.210	206.191
Dívida bancária total	179.574	184.560	204.542	210.738
Caixa, equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	307.561	285.993	399.383	378.905
Caixa líquido	127.987	101.433	194.841	168.167
Patrimônio líquido	1.106.420	1.097.899	1.106.420	1.097.899
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,12	0,09	0,18	0,15

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o seu capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	Controladora	
	<u>231/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	-	-
Não utilizadas	3.200	3.200
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	-	3.200
Não utilizadas	-	-

29. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

	Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Consolidado
							<u>31/03/2021</u>
							Saldo swap
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	2.044	(1.475)	569

30. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Riscos operacionais	1.893.977	1.628.285	3.137.461	2.299.610
Danos patrimoniais	480.142	429.946	613.678	488.598
Responsabilidade civil	110.000	110.000	110.500	110.500

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Aquisição de empresas

SKC S.A. e SK Rental Internacional Ltda.

Em 08 de abril de 2021, a Mills Estrutura e Serviços de Engenharia S.A. celebrou um acordo de compra e venda de quotas e outras avenças para adquirir das vendedoras SKC S.A. e SK Rental Internacional Ltda. a integralidade das quotas representativas do capital social da SK Rental Locação de Equipamentos Ltda.

Fundada em 2010, a SK Rental do Brasil é uma empresa do Grupo Sigdo Koppers, com forte atuação na região sul do país, base de clientes com destaque em suas áreas de atuação, frota de mais de 300 equipamentos e certificada em sistemas de gestão, qualidade e em segurança e saúde ocupacional, estando entre as principais e mais respeitadas companhias de locação de plataformas aéreas do país.

O valor da Transação é de R\$ 80 milhões, a ser reajustado pelo IPCA e a ser pago na data do Closing.

A aquisição da SK Rental do Brasil está alinhada aos objetivos estratégicos da Mills relacionados à melhoria da experiência dos clientes, crescimento, consolidação e penetração de mercado, estando sujeita, ainda, ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais neste tipo de operação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda.

Em 28 de abril de 2021, a Mills Estrutura e Serviços de Engenharia S.A., celebrou, por meio de sua controlada, Solaris Equipamentos e Serviços S.A., um contrato de investimento, compra e venda de quotas e outras avenças para adquirir 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda.

A Nest Rental foi fundada em 2018 e atua no segmento de Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura), oferecendo equipamentos compactos, leves, fáceis de transportar, de manutenção simples e que substituem escadas com maior segurança e produtividade, apresentando, assim, grande capacidade de se tornar cada vez mais presente no dia a dia de pessoas e empresas. A Nest Rental possui exclusividade da JLG no fornecimento desses equipamentos no Brasil e tem um modelo de negócio que pode ser acelerado pela web, além de vendas on-line e estações de compartilhamento para locação dos equipamentos, o que demonstra a vocação da Nest Rental para inovação no setor.

Dessa forma, além de aumentar o foco nessa família de equipamentos, a Mills também busca com a operação fortalecer as iniciativas relacionadas à transformação digital, tendo a Nest Rental como uma alavanca de inovação, através da qual fomentará a evolução de processos, de soluções automatizadas e a implementação de novas facilidades para os clientes, visando melhorar cada vez mais a sua experiência na locação.

A Nest Rental possui atualmente 115 equipamentos, sendo que, pelo controle da Nest Rental, a Solaris desembolsará R\$ 5,1 milhões, dos quais R\$ 3 milhões serão aportados na própria empresa para o seu crescimento. Em 2025, caso seja do interesse da Mills, a Solaris poderá adquirir os outros 49% de participação a um valuation pré-determinado da Nest Rental de 6,25x Ebitda Ajustado (excluindo itens não recorrentes e os efeitos do IFRS 16) de 2024.

A aquisição pela Solaris está alinhada à estratégia da Mills de buscar concentrar os negócios não core nessa controlada, sendo que essa operação não configura hipótese prevista no Art. 256, da Lei das S.A., de 1976.